

CORRICO BRAZILIENSE

Supremo recebe 6 pedidos de Sarney

O ex-presidente José Sarney, que concorre ao Senado Federal pelo PMDB do Amapá, recorreu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, na terça feira passada, julgando recursos de impugnação de autoria do PRN, PFL e PL, cassou o registro de sua candidatura. Ontem, o advogado José Guilherme Villela deu entrada com dois recursos extraordinários e quatro embargos declaratórios, os primeiros pedindo "a improcedência da impugnação" e os outros solicitando ao STF que reconheça os dois suplentes, Paulo Guerra e Marcos Rocha de Andrade, como legítimos.

Contra a candidatura Sarney chegaram seis processos ao TSE, denunciando que ele não tinha transferido dentro do prazo seu domicílio eleitoral de São Luís, no Maranhão, para Macapá, no Amapá, e que não havia apresentado dois suplentes, como determina o artigo 46 da Constituição Federal. Um dos recursos — de autoria do PRN — foi devolvido pelo TSE ao TRE do Pará, que tem jurisdição no Amapá, determinando que dois delegados haviam reclamado do domicílio eleitoral de Sarney, mas o TRE entendeu que eles não eram delegados do partido. O TSE teve entendimento contrário em seu julgamento.

Dois outros recursos foram prejudicados, já que tratavam do mesmo assunto. Os três processos restantes — que reclamavam da transferência do domicílio

eleitoral de Sarney e da ilegalidade do registro de apenas um suplente — foram julgados pelo TSE, que por quatro votos a favor e três contra, cassou o registro da candidatura do ex-presidente.

CONSTITUIÇÃO

Segundo o advogado José Guilherme Villela, ao julgar o problema dos suplentes de Sarney, o TSE errou na interpretação da Constituição Federal. A Constituição, em seu artigo 46, diz que "cada senador será eleito com dois suplentes". Villela entende que a interpretação está errada, uma vez que ainda não há senador eleito. "Nós estamos com candidatos ao Senado concorrendo a uma vaga", argumenta.

Todos os recursos que chegaram ontem ao TSE ficam sujeitos a despacho do presidente da Corte, ministro Sydney Sanches, que se encontra em Santa Catarina, participando de um congresso de magistrados. Villela, no entanto, acredita que neste final de semana — hoje ou amanhã — os recursos serão despachados para o STF. O TSE não tem prazo para enviar as reclamações ao Supremo, mas Villela acredita que diante do curto prazo até as eleições, Sanches fará o envio imediatamente.

Segundo o advogado, o PMDB do Amapá está tentando registrar o segundo suplente Marcos Rocha de Andrade e, para isso, o advogado utilizou-se de um embargo declaratório. O ministro

Sydney Sanches, se aceitar todos os recursos, manda-os subir para o STF. Caso ele não aceite, o advogado já anunciou que entrará com um agravo de instrumento no STF, o que obriga a um julgamento, uma vez que o assunto é tido como matéria constitucional.

Villela acredita, inclusive, que os ministros que votaram contra o ex-presidente no TSE (referindo-se a Sydney Sanches e Octávio Gallotti), e que integram o Supremo, reverterão seus votos em favor de José Sarney, ao examinar melhor o que declara a Constituição. Depois da manifestação dos 11 milhões do STF, segundo o advogado, "não restará recurso nem ao Papa".